



ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte um, às 09 horas, por vídeo conferência, mediante a utilização da ferramenta Zoom, realizou-se a 65ª (sexagésima quinta) Reunião Ordinária, do Comitê de Auditoria (Coaud) da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal. Estiveram presentes a Sra. **Laura Longhi Fernandes Machado** Presidente do Comitê, o Sr. **João Marcello de Menezes** e o Sr. **Marcyó Franco Fortes** membros do Coaud. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise da pauta. **1. Atas da Direx:** Realizamos a leitura das Atas mensais da diretoria; **1.1 Ata da 1.525ª Reunião Ordinária da Direx, de 31 de agosto de 2021.** Após exame da referida Ata, destacamos o item: *“1.4) Pedido de Recurso Financeiro PRF - O Diretor Executivo da Diafi submeteu o assunto à Direx, cujo teor versa sobre o Pedido de Recurso Financeiro PRF (SEI nº 16943063), encaminhado pela PRORE/PE e referendado pela Procuradoria-Geral, por meio do DESPACHO PROGE/GEMAJ RAS Nº 798/202 (SEI nº X1695X024), que solicita o pagamento de montante, objetivando a liquidação da sentença nos autos da Reclamação Trabalhista nº 000127Y-XX.2014.5.OXX.0020, proposta por empregados, em trâmite na 3ª Vara do Trabalho de Recife/PE. Por oportuno, a Procuradora-Geral e a Gerente da Gerência de matéria Judicial, foram convidadas para prestar esclarecimentos sobre o aludido tema. Após conhecimento, a Direx restituiu o processo à diafi para providências”.* O Comitê de

Auditoria solicita à Conab informações sobre o andamento processual, número de processo e o valor da liquidação de sentença. Afim de uma maior transparência nos Pedidos de Recurso Financeiro – PRF. Ademais destacamos o item: “2.1.2) *Processo SEI nº 21200.002716/2021-06. O Diretor- (Executivo da Diafi submeteu à Direx o Ofício Interno Coest/Conab SEI nº180/2021, em atendimento à solicitação do Confis quanto as providências adotadas em relação ao Ofício 25259/2021-TCU/Seproc, de 14/5/2021, do Tribunal de Contas da União (TCU). A Direx APROVA e encaminha o posicionamento das providências para a finalização do processo de prestação de contas - exercício 2019, nos termos do Documento "Ofício TCU - Prorrogação Prazo Parecer" (SEI N° 16886755)*”. O Comitê solicita à Conab o encaminhamento das providências que foram enviadas ao Tribunal de Contas de União, referentes as demonstrações financeiras de 2019.

2. Atas do Confis: Realizamos a leitura das Atas mensais do Conselho fiscal;

2.1 Ata da 312ª Reunião Ordinária do Confis, de 27 de agosto de 2021. Após exame da referida Ata, destacamos o item: “8. *Gestão de risco corporativo. 8.1. Avaliação trimestral da evolução dos passivos contingentes (cível, trabalhista, tributário, ambiental, dentre outros), do risco de perda e das medidas de natureza jurídica adotadas pela Companhia - 2º trimestre/2021 (NOTA TÉCNICA PROGE Nº 97/2021 – 16457583; e DESPACHO DIREX - 16500961 – Processo SEI 21200.002094/2021- 16). Da análise do referido documento, o Confis destaca o resultado do 2º trimestre/2021 dos passivos contingentes: a) processos trabalhistas: 2.366 ações contra 2.517 no 1º trimestre/2020, classificadas em possíveis (R\$ 55,3 milhões); prováveis (R\$ 244,1 milhões); e remotas (R\$ 12,3 milhões). Dos 2.366 processos, 2.051 com decisões de mérito, onde 1.291 foram vitoriosas e 760 obtiveram derrota, resultando no índice de 62,94% de êxito. No que tange ao impacto financeiro, considerado o valor da causa, R\$ 1,4 milhões de crédito em recuperação e R\$ 66 milhões de minimização de perda; b) processos cíveis: 3.943 ações contra 4.012 no 1º trimestre/2021, classificadas em possíveis (R\$ 55,1 milhões); prováveis (R\$ 35,6 milhões); e remotas (R\$ 323,5 milhões). Dos 3.992 processos, 1.366 têm decisão de mérito proferida, dos quais 858 são contabilizados como vitória e 528 como derrotas, o que resulta no índice de 69,93% de êxito. No que tange ao impacto*

financeiro, considerado o valor da causa, R\$ 1.735,57 milhões de crédito em recuperação e R\$ 278,04 milhões de minimização de perda. O Confis solicita à Conab informar o motivo da divergência no quantitativo total de processos cíveis. Na planilha “Total de Ações Cíveis”, constam 3.943 processos, enquanto na planilha “Percentual de Êxito – Ações Cíveis”, 3.992; c) processos tributários: 47 ações contra 58 no 1º trimestre/2021, classificadas em possíveis (R\$ 10,8 milhões); prováveis (R\$ 5,1 milhões); e remotas (R\$ 30,9 milhões); d) processos ambientais: 2 ações, classificadas em possíveis (R\$ 184,4 mil); e) não houve passivo de natureza previdenciária. Ademais, a Proge informa que está em fase de elaboração um Manual de Classificação de Riscos, à luz do CPC 25. Solicitação do Confis: O Confis solicita à Conab apresentar, trimestralmente, relação das ações judiciais impetradas contra a Companhia no trimestre sob análise, contendo: tipo de ação (cível, trabalhista, tributária, ambiental etc.), Unidade da Federação (UF), nº da ação, vara, impetrante, objeto e valor original”. O Comitê de Auditoria requer à Companhia informações sobre o andamento e implementação do Manual de Classificação de Riscos, sobre os passivos contingentes, nos termos do CPC 25. Bem como, que a Conab informe a previsão de implantação do software jurídico a ser utilizado pela Procuradoria Geral, que tem por finalidade a mitigação dos erros acima elencados. Nada mais havendo a tratar, deu-se por Encerrada a presente reunião. Eu, João Marcello de Menezes membro do Comitê de Auditoria, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros presentes.



Laura Longhi Fernandes Machado
Presidente



Marcyó Franco Fortes
Membro



João Marcello de Menezes
Membro